

**Jorge Costa Pereira; 09.12.2004**  
**Educação – Programa de Governo**

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores membros do Governo

Todos estaremos de acordo que a família é a primeira e a mais privilegiada instituição educativa, pois é nela que começa a existência do Homem e é ela o meio mais adequado e natural para o indivíduo se promover como pessoa. É na família que cada um é aceite por aquilo que é e não por aquilo que faz.

Também todos estaremos de acordo que a família é uma estrutura fundamental e imprescindível na organização das sociedades, onde se adquirem e desenvolvem os comportamentos sociais e a integração na sociedade.

Também todos aceitaremos que a família não é hoje o que era e que, talvez por isso, se fale de crise da família, querendo-se, desse modo, muitas vezes, referir aquilo que são algumas das profundas mudanças que nela se verificam hoje.

Mas, apesar de todas as alterações e de todas as mudanças, de facto continua a residir na família um papel educativo essencial. A estrutura nuclear da personalidade dos filhos constrói-se no seu seio e é nela que se articula a abertura dos filhos à sociedade. A família aparece, assim, como um lugar embrionário essencial onde se aprende a viver, a ser, a estar, a respeitar os outros e a colaborar com eles.

A obra da educação que os pais começam é continuada pela Escola, que surge, assim, como uma instituição que actua em ligação entre a família e a sociedade, devendo ser o complemento educativo da família, devendo ajudar, de forma prioritária, os pais no cumprimento das funções que lhes competem por direito e por dever. Entre todas as estruturas educativas, a Escola ocupa um lugar incontornável onde se deve desenvolver a capacidade de julgar rectamente e com espírito crítico; onde se deve promover o sentido dos valores, preparando, pelo conhecimento teórico e prático, a vida profissional dos alunos e habilitando-os para a sua participação na sociedade. Por isso,

se defende a Escola como um núcleo no qual devem tomar parte, em co-responsabilidade, os pais e os professores, os promotores da vida cultural e cívica e toda a comunidade.

Não vemos no Programa deste Governo, nesta área, com a clareza e a prioridade que gostaríamos, o objectivo de ajudar a conciliar sistema educativo e vida familiar, de forma a que a Escola possa responder de forma mais eficaz às dificuldades e às exigências da vida dos nossos dias, completando e ajudando, ao lado de outras instituições da sociedade, as famílias na sua tarefa de educar e formar os filhos.

Privilegiar “a cooperação entre a família, a Escola e a comunidade, assente num projecto de educação centrado nos valores, sempre em abertura, mas referidos e fundamentados na dignidade da pessoa humana” (Cassiano Reimão, 1997) é uma exigência de modernidade e indispensável prioridade de qualquer política educativa.

E se a Escola existe para prestar um serviço de ajuda aos pais e de ligação com a comunidade, torna-se óbvio que pais e comunidade têm o direito de saber o que fazem as escolas dos seus filhos, de as interrogar e questionar. E estas rapidamente têm de abandonar aquilo que António Nóvoa designa pelo seu “carácter cego. As outras instituições interrogam-se periodicamente sobre elas próprias, reflectindo colectivamente em instâncias qualificadas sobre o seu funcionamento. Esta prática é desconhecida nos estabelecimentos de ensino. E estamos de tal modo habituados a este funcionamento às cegas, que já nem sequer damos por ele.”

O “observatório de qualidade para o sistema de ensino”, proposto no Programa de Governo tem fins mais genéricos e não substitui a necessidade que entendemos haver de um sistema regional de monitorização e avaliação interna e externa das escolas, mais próximo da realidade concreta de cada comunidade e, por isso, de maior eficácia prática.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores membros do Governo

Um dos mais importantes e decisivos desafios que se colocam ao sistema de ensino e à Escola neste início do século XXI é o de ser capaz de enfrentar a questão do

sucesso escolar dos seus alunos. Como escreveu Joaquim Coelho Rosa , “o insucesso não é um problema de polícia, é uma questão de educação. Resolve-se com a razão, não com o poder.” A questão do sucesso dos nossos alunos não é um problema administrativo: podemos reorganizar os serviços, reestruturar a sua gestão, mudar os equipamentos da escola, mas só teremos condições de resolver o problema do insucesso escolar se o enfrentarmos como um problema educacional e centrarmos o objectivo da intervenção da Escola no sucesso das aprendizagens dos seus alunos. Isto é que é o fundamental. É isto que nos deve mobilizar a todos em partilha de responsabilidades: professores, alunos, pais, funcionários, responsáveis políticos, numa palavra, toda a comunidade educativa. Por isso, se todos concordamos com as preocupações expressas no Programa do Governo em “conceber um ensino de sucesso”, em a Escola “procurar dar a todos as mesmas oportunidades”, em combater o insucesso escolar pensando “noutros saberes e em novas formas de relação entre o que se aprende e quem aprende” e implicando “a diversificação curricular e um constante esforço no sentido de adequar os conteúdos e os métodos às necessidades concretas dos alunos”, se todos concordamos com a aprendizagem e a formação contínua ao longo da vida e o fomento da escolarização de segunda oportunidade e se todos subscrevemos estes princípios, a verdade, porém, é que a prática passada foi, muitas vezes, a eles contrária. As alterações introduzidas no Ensino Recorrente estão a levá-lo à extinção e as elevadas taxas que exigem aos alunos reservam-no só para alguns. A redução do número de alunos por turma não é, em si, a solução para o insucesso, mas ter 27 ou 28 alunos numa turma do segundo ou terceiro ciclo não é seguramente a mesma coisa que ter 20. E isso tem também obviamente a ver com o sucesso.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores membros do Governo

Para o mandato que agora se inicia antevêem-se algumas mudanças que importa ter em particular atenção: defende-se “a reestruturação global do 1.º ciclo do ensino básico”, a substituição dos directores de turma pela figura do tutor, e crê-se que poderão existir mudanças na gestão democrática das escolas.

Não há política educativa nem reformas do ensino que tenham a mínima possibilidade de sucesso se nelas os professores não se revêem nem se sentem implicados. Não pode ser retórica vazia de conteúdo, depois negada na prática quotidiana, escrever no Programa de Governo que se deve “prestigiar e dignificar o papel dos professores e formadores”. Por isso, deixamos o registo da exigência de que as decisões políticas se tomem em diálogo e concertação, ouvindo com abertura, boa fé e consequência os parceiros educativos. É também por aqui que se dignifica e prestigia o papel dos professores.

Simultaneamente exige-se prudência e bom senso, para evitar que uma produção legislativa e regulamentadora desadequada, possa tornar a educação nos Açores, em certas áreas, num gueto do sistema nacional.

Finalmente, a execução da Carta Escolar no domínio das construções, cujo planeamento falhou nas anteriores legislaturas. Vamos acompanhar a sua execução e a verificação do cumprimento das prioridades nos investimentos conforme se assume no Programa. É agora a altura de cumprir o que se prometeu aos Açorianos.

Criar na Região um sistema educativo que seja capaz de dar resposta adequada às crianças e jovens que o frequentam, fomentador do sucesso, mobilizador de saberes e que dê oportunidades iguais a todos, é um desafio permanente que nos deve unir a todos no essencial.

O programa do Governo na área da Educação materializa um projecto que vem desde os anos anteriores, com o qual discordamos em várias áreas, mas cuja legitimidade democrática respeitamos. Estaremos aqui, atentos e disponíveis, para contribuir com nosso trabalho para o apoio ou para a crítica alternativa como é nosso dever.

Tenho dito.

Horta, 10 de Dezembro de 2004

---

Jorge Costa Pereira  
*Deputado Regional*